

# Lex

## Assessoria jurídica defende que é necessário pôr em marcha apoios à energia

**Pacotes anunciados pelo Governo para compensar subida de custos de produção são “insuficientes”. Advogados querem evitar o que aconteceu na pandemia.**

ASSESSORIA JURÍDICA A EMPRESAS

# Apoios da energia? O mais importante é que saiam do papel

**Novas medidas de âmbito fiscal seriam bem-vindas, mas para as empresas afetadas pelos preços da energia que estão à espera dos apoios do Estado, importa que estes saiam do papel.**

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

**P**ara as empresas cuja subida crescente dos preços da energia mais penaliza os seus custos de produção, o “pacote” anunciado pelo Governo para amenizar as dificuldades é visto como insuficiente pelos assessores jurídicos que habitualmente se dedicam à chamada advocacia empresarial. Para os advogados ouvidos pelo Negócios, embora a adoção de novas medidas fiscais seja defensável, o mais importante, no final do dia, é garantir que os apoios saem do papel, para evitar que suceda o mesmo com as ajudas da pandemia, em que cerca de 20% ficaram por utilizar.

“Na perspetiva das empresas, as medidas não são suficientes, desde logo porque o custo dos combustíveis tem um efeito bola de neve que vai alastrar por toda a economia”, o que “provoca dificuldades generalizadas, que não se limitam diretamente ao custo de aquisição da energia”, enfatiza Mariana Gouveia de Oliveira, sócia da Abreu Advogados. Até por isso, a advogada entende que na proposta de Orçamento do Estado que está em discussão, “poder-se-ia conceber medidas mais alargadas, como a tão discutida redução do IRC, a possibilidade de reporte dos prejuízos fiscais para o passado ou a majoração de custos em determinados setores”.

Relembre-se que o Governo anunciou um pacote de medidas fiscais que incluem a redução do ISP e um diferimento dos prazos de pagamento do IVA, das retenções na fonte de IRS e do IRC, bem como apoios à liquidez e subsídio. Amanhã, deverá também



Rui Minderico

custos da energia penalizam as empresas mais dependentes do seu uso em maior escala, mas acabam por se refletir em toda a economia.

ser aprovada em Conselho de Ministros o mecanismo de fixação de preços que decorrerá da redução do preço do gás natural usado para a produção de eletricidade.

João Marques Mendes, sócio da PLMJ especialista em energia,

**Aumento dos preços dos combustíveis tem reflexos que se fazem sentir por toda a economia, não apenas no custo da energia.**

lembra que os olhares estão neste momento fixados nesse mecanismo de limitação dos preços da energia elétrica, a aprovar simultaneamente em Portugal e Espanha. Neste âmbito, o mesmo advogado entende que seria de equacionar se parte deste financiamento do “seguro” existente no setor elétrico, que são os preços fixos das renováveis mais antigas”. Isto porque, sublinha, “há empresas que estão a sofrer mais por força da subida dos preços de gás do que de eletricidade”.

Jaime Carvalho Esteves, sócio da sociedade J+Legal, considera, por seu turno, que é importante o

uso da componente fiscal para reduzir custos. Em todo o caso, o mesmo advogado entende que o mais importante para as empresas não decorrerá da redução da taxa de IVA, “pois a maioria das empresas deduz a totalidade do IVA suportado nas suas compras”, mas nos “impostos e taxas incidentes sobre a energia”.

Marta Gaudêncio, associada coordenadora da Área Fiscal da Pares Advogados, sustenta, numa outra perspetiva, que “não será através de novas medidas fiscais que se apoiem os principais afetados pelas atuais circunstâncias”. Segundo adianta, “embora algumas reduções de preço possam ter impacto, este será marginal”. Em sua opi-

# Conjuntura é motivo para travar possível baixa da carga fiscal

nião, “apoiar os transportes públicos, criar linhas de crédito e simplificar os procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis” seriam medidas, essas sim, que “agora e no futuro poderiam fazer a diferença”.

Na opinião de Nuno de Oliveira Garcia, sócio da Gomez-Acebo & Pombo, “seria injusto não dizer que o atual pacote preparado” pelo Governo é “significativo, com redução do Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos, subsídio à fatura com o gás, apoios na eletricidade e a famílias carenciadas, e até em setores específicos como agricultura e transportes”.

Já a nível fiscal, este advogado defende que, na atual fase, “há pouco a fazer”, mas para os próximos dois orçamentos, a palavra-chave será flexibilidade, pois são ainda incertos os efeitos da crise que terão de merecer medidas para os combater.

Dito isto, Mariana Gouveia de Oliveira entende que verdadeiramente importante neste momento é garantir que apoios do Governo “saem do papel e que não se repete o sucedido com os apoios aos impactos da pandemia, em que cerca de 20% ficaram por utilizar”.

No atual contexto, ainda em pandemia e com uma guerra na Europa, haveria condições para uma redução da carga fiscal sobre as empresas mais afetadas pelos custos da energia em sede orçamental, ou a necessidade de redução da dívida pública faz com que tal seja inviável? Seria bom baixar a carga fiscal, mas a conjuntura em que vivemos não o permite, admitem os fiscalistas consultados pelo Negócios.

“O nível de tributação é hoje elevadíssimo e, em vez de descer, consolidou-se. Mas também o é o valor da dívida pública que terá de descer, o que implica excedentes orçamentais. Assim,

não se vê como é que o Estado o poderá fazer, agora, quando não o conseguiu corrigir quando os ventos corriam de feição. É preciso reduzir a despesa pública urgentemente e de modo estrutural. Não se vê a capacidade para o fazer”, frisa Jaime Carvalho Esteves, sócio da J+Legal.

“Uma redução significativa da carga fiscal num Orçamento do Estado que não prevê uma efetiva diminuição do lado da despesa mostra-se naturalmente difícil, mesmo considerando as verbas do PRR e de outros subsídios cujo destino não é a cobertura de despesas correntes do Estado”, frisa por seu turno Se-

rena Cabrita Neto, sócia da PLMJ.

Já Mariana Gouveia de Oliveira, sócia da Abreu Advogados, entende que, no atual contexto, “muitas empresas prefeririam manter a carga fiscal se, em contrapartida, a Segurança Social, a Administração Tributária e os Tribunais funcionassem. Os recursos consumidos na economia com processos e procedimentos desnecessários são mais onerosos do que alguns impostos”.

Ainda assim, a haver uma redução de impostos, Nuno de Oliveira Garcia, sócio da Gomez-Acebo & Pombo, entende que “o mais recomendável será ali-

viar alguns impostos específicos e contribuições especiais que podem ser geridos conjuntamente e conforme a evolução da situação”. Dá como exemplos o Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos ou a baixa da taxa do IRC ou das derramas.

Ainda assim, sustenta, “não é expectável que algum tipo de redução de carga fiscal venha a ser verdadeiramente significativa, na medida em que num quadro de total incerteza como o atual é determinante procurar ir cumprindo com os nossos compromissos europeus a nível de défice e dívida”.



**Recursos consumidos na economia com processos e procedimentos desnecessários são mais onerosos do que alguns impostos.**



**É preciso reduzir a despesa pública urgentemente e de modo estrutural. Não se vê a capacidade para o fazer.**



**A carga fiscal tem aumentado todos os anos [...]. Num cenário pós-pandémico não se vislumbram condições para mudar.**



**Num quadro de total incerteza como o atual é determinante cumprir com os nossos compromissos europeus.**

**Apoiar transportes públicos ou criar de linhas de crédito são medidas defendidas para apoiar empresas.**



**MARIANA GOUVEIA OLIVEIRA**  
Sócia da Abreu Advogados



**JAIME CARVALHO ESTEVES**  
Sócio da J+Legal



**SERENA CABRITA NETO**  
Sócia da PLMJ



**NUNO DE OLIVEIRA GARCIA**  
Sócio da Gomez-Acebo & Pombo